

## Apresentação

*Antonio Marcos Myskiw\**

Fronteira, fronteiras.

Habitualmente, em nosso cotidiano, ao pronunciarmos a palavra fronteira, quase sempre o fazemos atrelando-a ao limite físico (alfândega, rio, rua, cerca...) entre duas áreas, terrenos, regiões, estados ou países. Eis um cuidado que devemos tomar. Fronteira e limite não são a mesma coisa. Limites são linhas fixas (o leito de uma rua, ou de um rio, por exemplo) e determinam onde tem início ou onde tem fim um determinado território, cujo limite estabelece a soberania de um país, província ou município. Fronteiras são linhas móveis, faixas territoriais definidas pelos Estados para construir estratégias de ação próximas aos limites territoriais. Atualmente, a faixa de fronteira do Brasil com o Uruguai, a Argentina, o Paraguai, a Bolívia, a Colômbia, o Perú, a Venezuela, as Guianas e o Suriname é de 150 quilômetros.

É importante destacar aqui as ponderações tecidas por Adelar Heisnfeld sobre a constituição das fronteiras e limites entre países: “As fronteiras e os países não existiram sempre, bem como não estiveram sempre onde estão. Ambos não são mais que construções da história humana, resultado e expressão de processos sociais.” (HEISNFELD, 2007, p. 20). Exemplo disso são os Tratados selados entre Portugal e Espanha (no século XVIII); os embates, combates e guerras movidos pelos índios como forma de resistir ao processo de demarcação dos limites; as ações diplomáticas movidas pela Argentina contra o Brasil, por ocasião do litígio de Palmas/Misiones; da exploração, ocupação e colonização das terras na região de fronteira, com colonos brasileiros visando promover os ideais de pertencimento à nação brasileira.

Entendo que a faixa de fronteira se constitui em uma zona de contato humano mútuo e de constante transformação social, cultural, política e econômica dos países que avizinham. Cada região de fronteira possui sua singularidade histórica e é um espaço privilegiado da produção de antagonismos, de laços de solidariedade,

da afirmação e negação de identidades, da elaboração e reelaboração de representações, da invenção e reinvenção de lendas e tradições, dos encontros e desencontros dos homens, dos conflitos, das mortes e das conquistas materiais.

O termo fronteira também pode ser utilizado para o estudo de outros espaços. A fronteira também marca presença nas cidades, grandes ou pequenas. Bairros nobres ou pobres, área central ou periferia e favelas e condomínios fechados são exemplos de fronteiras, notadamente, delimitadas pela segregação social e econômica. Existe, ainda, as fronteiras delimitadas pelos traficantes de drogas, prostitutas, boêmios, jovens, idosos, entre outros personagens. A globalização e as novas roupagens do liberalismo pregam um mundo sem fronteiras, sobretudo por meio do acesso cada vez maior à rede mundial de computadores e o uso de telefones móveis. No entanto, o número de pessoas que ainda não possuem tais tecnologias é grande.

\* \* \*

A partir da década de 1960, distintas áreas do conhecimento humano cunharam novos arranjos com a palavra fronteira, visando complexificar as reflexões teóricas e propor novos ângulos de abordagens de distintos fenômenos sociais, culturais, econômicos e políticos nas áreas de Geografia, Geopolítica, História, Sociologia, Antropologia, Psicologia e Direito. “Fronteira Natural”, “Fronteira Artificial”, “Fronteira Marítima”, “Fronteira Terrestre”, “Fronteira de Tensão”, “Fronteiras Vivas”, “Fronteiras Mortas”, “Fronteiras Frias”, “Fronteiras Quentes”, “Fronteira Agrícola”, “Fronteira Cultural”, “Fronteira Aberta”, “Fronteira Étnica”, “Fronteira Política” e “Fronteira Linguística” são alguns exemplos.

O conjunto de textos apresentados neste volume trata da fronteira em suas diferentes perspectivas e horizontes teórico-metodológicos. O Programa Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira (PEIBF) é objeto de reflexão de Clarice Bianchezzi, Dayani Machado Machiavelli, Leandra Luisa Bertuzzi e Maria Seloir Ceolin Kophal. Nascido de um projeto-piloto e de um acordo bilateral entre Brasil e Argentina, as escolas Dr. Theodureto Carlos de Faria Souto (de Dionísio Cerqueira, Santa Catarina, Brasil) e Escuela de Frontera de Jornada Completa N° 604 (de Bernardo de Irigoyen, Misiones,

Argentina) desenvolvem, desde 2005, um novo modelo de ensino-aprendizagem em região de fronteira internacional. Também foram reconstruídas as grades curriculares de ambas as escolas, permitindo o desenvolvimento de intercâmbio de docentes e de alunos entre escolas. A língua é um dos grandes desafios a ser vencido. No entanto, a fronteira deixa de existir quando o esforço de alunos e de professores no exercício de aprender e ensinar uma nova língua deixam transparecer a riqueza e a diversidade cultural e social existente naquela porção da fronteira Brasil-Argentina.

Tatiane Modesti, em seu artigo, evidencia como a educação teve papel importante na implantação da política de nacionalização da região de fronteira internacional durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). A presença de argentinos, de paraguaios e de imigrantes (e descendentes de imigrantes) europeus no oeste catarinense era, no entender do Governo Vargas, uma ameaça à segurança da faixa de fronteira. Nacionalizar grupos estrangeiros, padronizar e ampliar o número de escolas brasileiras e fechar as escolas consideradas estrangeiras foram algumas ações implementadas em Chapecó, pontua Modesti, ao mesmo tempo em que ocorria a colonização das terras da região de fronteira Brasil-Argentina em território catarinense.

A fronteira cultural e étnica nas relações de casamento e parentesco entre imigrantes e descendentes de imigrantes alemães e italianos é objeto de atenção de Carla Kelli Schons de Lima e de Erneldo Schallenger. Como sinalizam estes pesquisadores: “Não houve uma assimilação absoluta da cultura e valores nativos, tampouco uma perda total pelo imigrante de seus valores. Observou-se uma permuta recíproca de elementos culturais e valores entre grupos em contato.” A fronteira étnica e cultural presente nos modos de vida e na língua (de italianos, de alemães e de seus descendentes no Sul do Brasil) continua, assim como no passado, a reforçar o sentimento de identidade à “pátria-mãe” sob o argumento da “consanguinidade”. Ser brasileiro, mas de sangue alemão ou italiano.

Costica Bradatan destaca em seu texto as fronteiras psicológicas criadas pelos humanos na tentativa de superar seus medos e ansiedades. Um muro produz um duplo processo, afirma Bradatan: “Por um lado, através da construção de um muro, eu tento me esconder, viver na sombra e no limite, tornar-me invisível. Por

outro lado, no entanto, é precisamente por construí-lo, que venho a revelar-me de uma forma decisiva.” Isso se evidencia em diferentes ações cotidianas, tais como nas roupas que usamos, nas opiniões que emitimos (ou deixamos de emitir) e no modo de vida que levamos.

Os embates entre Brasil e Argentina sobre a “Questão de Palmas/Misiones” é tema de reflexão de Cristina de Moraes, mais precisamente a atuação do governo republicano brasileiro após o arbitramento de Grover Cleveland, em 1895, sobre as terras em litígio, que hoje correspondem ao oeste catarinense e sudoeste paranaense. A presença de caboclos brasileiros foi, no entender de Cristina de Moraes, um elemento decisivo para o ganho da causa ao Brasil. No entanto, com o passar do tempo, os caboclos foram expropriados das terras que viviam em prol da abertura de fazendas de criação de gado e a instalação de projetos de colonização e povoamento, priorizando os imigrantes alemães e italianos e seus descendentes, oriundos do Sul do Brasil.

Sara Vidal Maia e Maria Manuel Baptista discorrem sobre as fronteiras da identidade de gênero no mundo pós-moderno. Destacam a complexidade do tema frente à diversidade de realidades culturais e simbólicas do masculino e do feminino. “As manipulações biológicas, culturais e sociais trazidas pela pós-modernidade”, destaca as pesquisadoras, alteram “os conceitos tradicionais de gênero e a própria percepção de identidade de gênero [...] Dá-se então a reinvenção de papéis que fogem à ementa tradicional” em direção ao “pós-humano” ou “transumano”.

Os efeitos da globalização na esfera jurídica e econômica, com ênfase nas relações internacionais, é objeto de reflexão de Jean Thiago Vilbert Pereira e Mauricio Boniati. A área do Direito Internacional teve de se adequar ao surgimento de blocos econômicos e, ao mesmo tempo, propor aos países a relativização da soberania sobre algumas ações jurídicas, em prol do fortalecimento de um Tribunal Penal Internacional. Por outro lado, pelo viés econômico, os países passaram a construir barreiras comerciais protecionistas visando proteger os produtos nacionais frente aos produtos estrangeiros, bem como proteger a economia interna. A tese do livre comércio e a integração econômica ficam, assim, comprometidas.

As fronteiras sociais e do saber são objetos de debate e reflexão

por Assunção José Pureza Amaral e Raimundo Paulo Cordeiro. O canto e a dança do Carimbó por mulheres negras (escravas e ex-escravas) do Norte do Brasil ajudou a formar a identidade cultural da Amazônia, não sem antes ter sido proibida e/ou estar restrita a determinadas camadas populares e regionalistas. As “Tias do Carimbó”, como eram chamadas, construíram táticas e estratégias para vencer as fronteiras sociais e culturais de seu tempo. A dança e o canto do Carimbó, como saber local, se preservou, se ressignificou e se difundiu junto a outras camadas sociais. Rompeu fronteiras no universo rural e urbano.

Jaisson Teixeira Lino, Elisana Reis da Silva e Gislane Inácio de Melo Lino discorrem sobre as fronteiras interdisciplinares entre História e Arqueologia, tendo como ângulo de observação a arqueologia indígena (cultura material e imaterial) em território catarinense. Os autores destacam a necessidade da aproximação entre História (etnohistória) e Arqueologia, não como ciências complementares uma à outra, mas como conhecimentos que busquem somar e complexificar as análises tanto de documentos impressos quanto de vestígios arqueológicos com relação a um mesmo grupamento humano.

Marcia Bianchi reflete sobre as fronteiras simbólicas no canto e na poesia de Ferreira Gullar. As palavras, as imagens e as lembranças de outrora, nos escritos de Ferreira Gullar, em particular na figura do galo, revelam outras possibilidades de análises do tempo passado e do tempo presente inscritos em signos linguísticos. O silêncio do galo, assim como seu canto, revelam fronteiras imaginárias, remetem à vida e à morte, no campo e na cidade.

Em “Territoriality matters in the anthropology of borders, cities and regions”, Thomas Wilson alude sobre a importância do estudo dos conceitos de território e territorialidade para melhor compreender as regiões de fronteira pela óptica da Antropologia. A sociedade, a economia, a política, a cultura e as práticas sociais não se prendem às fronteiras e aos territórios previamente delimitados pela geografia física, seja em pequena, seja em grande escala. Uma cidade de fronteira (como Foz do Iguaçu, por exemplo) deve ser estudada levando-se em conta sua relação com o território e a territorialidade a que pertence.

## Notas

\* Graduado em História pela Unioeste (2000). Mestre e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ). Professor Adjunto II, da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Realeza/PR. E-mail: amyskiw@uffs.edu.br.

## Referências

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina**. Passo Fundo: Méritos, 2007.